

RELATÓRIO ANUAL
2018



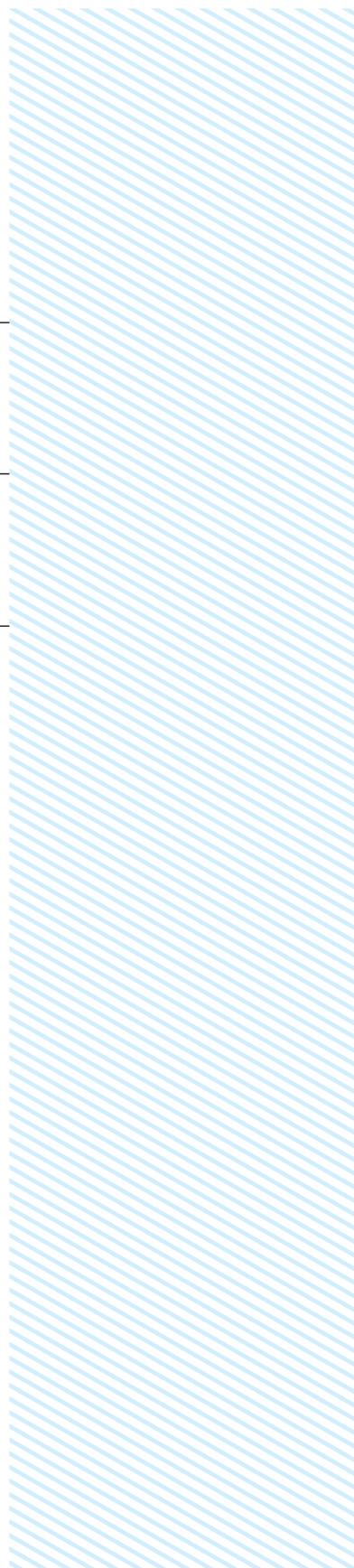
O Plano de Saúde do Produtor Rural

Sumário

03 Relatório da Administração

24 Relatório das Demonstrações
Contábeis

49 Relatório da Auditoria



Relatório da Administração do Exercício 2018

Às
Associadas do
S.P.A. Saúde - Sistema de Promoção Assistencial

O Conselho Deliberativo e Superintendência submetem às vossas apreciações as suas Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, as quais abrangem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela ANS, inclusive as normas instituídas pela própria ANS, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

1. Conjuntura Econômica

O ano de 2018, assim como o de 2017, foi marcado por um ritmo lento de recuperação econômica. A economia brasileira iniciou sua recuperação em 2017, marcando o fim de um período de recessão que amargava dois anos consecutivos de queda de crescimento econômico: em um cenário de inflação controlada e juros baixos, o PIB apresentara crescimento de 1%. Em 2018 não foi diferente: boa parte do mercado já esperava um crescimento discreto, após ter suas expectativas iniciais contrariadas pelo cenário que foi se apresentando ao longo do ano. Reproduzindo o feito do ano anterior, o ano de 2018 computou 1,1% de crescimento do PIB.

O setor agropecuário, que fora o grande motor propulsor da retomada da economia em 2017, cresceu apenas 0,1% em 2018. Café e algodão tiveram grande destaque devido sua alta produção e, inversamente a isso, milho e laranja foram os destaques de queda. O setor de serviços, que representa praticamente 76% do PIB, foi o grande responsável pelo crescimento de 2018. Sua alta foi de 1,3%, destacando-se as atividades de comércio e transporte, que avançaram 2,3% e 2,2% respectivamente. A indústria, que desde a crise (2013) não apresentava resultado positivo anual, encerrou 2018 com alta de 0,6%.

Assim como em 2017, o crescimento econômico lento não foi capaz de causar reflexos significativos na variável Emprego. O Brasil encerrou 2018 com 12,2 milhões de desempregados e a taxa de desemprego em 11,6%, apenas 0,2 pontos percentuais a menos em comparação à 2017. Ainda que discreta, a queda do desemprego continua sendo oriunda do aumento do trabalho informal e autônomo.

Contribuindo para o processo de recuperação, com inflação abaixo da meta perseguida pelo Governo, o IPCA/IBGE encerrou 2018 com índice de 3,75%. A variação em relação a 2017 foi observada principalmente nos itens planos de saúde, energia elétrica e gasolina, os quais tiveram o maior impacto individual no aumento da taxa global. Em relação à taxa de juros Selic, por praticamente todo 2018 esteve no patamar de 6,5%. Nos patamares em que se apresentam, essas duas variáveis têm grande relevância para a atividade econômica, pois impactam positivamente o mercado de crédito, consumo e investimentos.

Os investimentos (no setor produtivo) e o consumo das famílias (apesar da alta taxa de desemprego) também apresentaram alta em 2018, respectivamente 4,1% e 1,9%, os quais são reflexos diretos da combinação de taxa de juros e inflação baixas.

De forma geral, as perspectivas econômicas para o Brasil em 2019 continuam sendo otimistas, porém ainda com baixo crescimento. O cenário que desponta mostra que a recuperação econômica se manterá. Um componente novo e que impactará positivamente nas contas do Governo é a reforma da previdência, determinante na redução dos gastos públicos. Para as importantes variáveis da economia, analistas preveem alta de juros, porém sem intensidade – 7% a.a. – e a inflação na faixa de 4% a.a., cenário este favorável para melhoras no nível de emprego, investimentos, renda, crédito e PIB, o que continuará favorecendo o crescimento do país.

2. Fatores influenciadores de *performance*

Aspectos Gerais

Durante 2018, o S.P.A. Saúde manteve veementemente ações voltadas ao controle e contenção da sinistralidade e à promoção de saúde e prevenção de riscos e doenças de seus beneficiários, tendo como principais focos:

- ✓ Gerenciamento dos programas de promoção e prevenção em saúde;
- ✓ Auditoria médica e de enfermagem;
- ✓ Gerenciamento de pacientes crônicos;
- ✓ Controle da inadimplência das associadas;
- ✓ Acompanhamento e gerenciamento dos processos judiciais;
- ✓ Negociação com os prestadores e fornecedores;
- ✓ Programa de qualidade de vidas dos funcionários;
- ✓ Reestruturação administrativa, de pessoal e tecnológica.

Apesar dessas ações de controle e gestão de risco, o S.P.A. Saúde sofreu, além dos impactos naturais das novas coberturas determinadas pela ANS, dos efeitos decorrentes das inovações tecnológicas introduzidas na medicina, e do aumento do custo assistencial, com destaque para o custo médico-hospitalar, um das principais

e típicas adversidades do segmento da saúde suplementar: sinistros ocorridos com custo total muito acima da média e das previsões razoáveis, com casos considerados verdadeiros *outliers*, não passíveis de previsão. Como todo *outlier* (ponto fora da curva e que se diferencia drasticamente de todos os outros), esses custos anormais causaram enorme impacto nos resultados operacionais do S.P.A. Saúde. Ao final do ano de 2018 foi observado um aumento de 4,97 pontos percentuais na sinistralidade em comparação ao ano anterior.

Adversidades à parte, os fatores abaixo, oriundos de ações com focos específicos mencionadas acima, contribuíram para que o resultado das operações de assistência à saúde médico-hospitalar não fosse impactado ainda mais. Destacam-se:

- a) Melhorias no processo de análise das contas médicas;
- b) Boas negociações junto aos prestadores da rede assistencial;
- c) Melhores negociações de OPME junto aos fornecedores;
- d) Reeducação de cobranças de prestadores por meio de glosas geradas;
- e) Monitoramento efetivo de pacientes internados;
- f) Negociação de altas para *Home Care*;
- g) Ampliação das ações em programas de promoção e prevenção em saúde.

Aspectos Pontuais

Débitos e Créditos Tributários

- a) **ISS - Imposto Sobre Serviços** - No exercício de 2015 o S.P.A. Saúde foi autuado pela Prefeitura do Município de São Paulo, com referência à eventual incidência do ISS sobre a operação de planos de saúde e descumprimento de obrigações acessórias. Mediante tal ocorrência, o S.P.A. Saúde, no mesmo ano, decidiu por efetuar o competente registro contábil da autuação e suas respectivas atualizações monetárias e juros desde então.

Foram apresentadas as competentes defesas nos mencionados processos administrativos, demonstrando a não incidência do mencionado tributo às entidades de autogestão em saúde, em especial ao S.P.A. Saúde em face do seu caráter associativo e a prestação de serviços aos produtores rurais. Ainda que aludidas autuações se encontrassem suspensas, em dezembro de 2017 a PMSP efetuou a inscrição dos valores dos Autos de Infração em dívida ativa, realizando, em janeiro de 2018, cobranças extrajudiciais (protestos) e judiciais (execuções fiscais).

Face à essa posição da Prefeitura, o S.P.A. Saúde: a) interpôs Ação Declaratória de Inexistência de Crédito Constituído, posto que a

Municipalidade não apreciou os recursos administrativos interpostos; b) ingressou com Exceções de Pré-Executividade, alcançando a suspensão dos protestos encaminhados pela Municipalidade, tendo o desembargador-relator reconhecido que os recursos administrativos interpostos e ainda não apreciados sustam a liquidez e a certeza das cobranças. Aguarda-se a manifestação da Municipalidade com referência aos embargos de declaração interpostos, sendo que, transitado em julgado o processo administrativo, confirmando as autuações, serão interpostos os competentes embargos à Execução, com referência às ações de execução ajuizadas.

- b) Créditos Previdenciários (INSS)** - Considerando a decisão do Supremo Tribunal Federal, nos autos do RE n. 595.838/SP, que declarou inconstitucional o inciso IV, do art. 22, da Lei n. 8.212/91, que previa a incidência de contribuição previdência de 15% (quinze por cento) sobre notas fiscais ou faturas de serviços prestados por cooperativas de trabalho, o S.P.A. Saúde, devidamente embasado em diversas Soluções de Consulta da Receita Federal do Brasil – RFB e com fundamento nos arts. 165, I e II, e 168 do Código Tributário Nacional - CTN -, ingressou com os competentes pedidos de restituição em 2015, referentes ao período de 11/2010 a 10/2015, procedendo, desde então, com o devido registro contábil das correções dos créditos a receber por se tratar de direito líquido e certo. Em 2018, em decorrência da morosidade no processo de liberação dos créditos pleiteados, o S.P.A. Saúde impetrou mandado de segurança, sendo deferido o pedido liminar e concedida a segurança, aguardando-se, desde então, a devida restituição.

3. Reestruturação Administrativa e Investimentos Realizados

O Planejamento Estratégico implementado no início de 2017 gerou uma série de diretrizes, objetivos e planos de ação, os quais começaram, desde então, a gerar frutos e representaram verdadeiro marco na gestão do S.P.A. Saúde.

Foi iniciado o processo de reestruturação administrativa, com medidas voltadas à adequação estrutural, patrimônio humano e tecnologia, de maneira a alicerçar e assegurar um crescimento organizado. Alteração do Organograma Hierárquico, a implantação de um novo modelo de gestão, o início do processo de reestruturação tecnológica e criação do RH estratégico marcaram o ano de 2017.

Grandes destaques foram registrados em 2018, a começar pela Reforma Estatutária no mês de abril, além da continuidade de projetos já iniciados no ano anterior. A atenção aos focos estratégicos de crescimento fez com que 2018 fosse o ano em que três grandes investimentos-alicerces fossem realizados: a expansão da sede

social do S.P.A. Saúde, a aquisição de licença e início do processo de implantação de novo sistema informativo de gestão – ERP corporativo – e a ampliação do quadro de colaboradores em 20%. Outras frentes importantes no processo de crescimento exigiram novos investimentos, como as ações de marketing e publicidade – nas campanhas de incentivos à novas adesões de beneficiários (como a Campanha Carência Reduzida) e o desenvolvimento / lançamento de novos produtos.

Além dos pontos de grande destaque em 2018 e tão importante quanto, a manutenção das contínuas ações que refletem diretamente nos indicadores de eficiência, sustentabilidade e resultados operacionais, como o aprimoramento da gestão de risco, medidas de conscientização para o uso correto dos recursos disponíveis e a intensificação de ações dos programas de promoção e prevenção em saúde.

3.1 Investimentos em T. I. - Tecnologia da Informação

Para melhor apoiar as áreas de negócio do S.P.A. Saúde, tanto nos aspectos operacionais quanto gerenciais, e solucionar problemas tecnológicos já outrora identificados (e ainda atuais), após concluído o Planejamento Estratégico no início de 2017, foi definida e aprovada a aquisição de novo software de gestão ERP Corporativo. No mesmo ano, foi realizada RFP (Request for Proposal) para orientar e propiciar ao processo decisório clareza, transparência, amparo, segurança e bom nível de confiança sobre a melhor escolha, a “solução em software” / alternativa mais adequada às necessidades do S.P.A. Saúde.

Ao final de 2017 foi aprovada a aquisição da licença de uso do Software TOTVS (Protheus) na modalidade Corporativa, que contempla todos os módulos necessários para a gestão de uma operadora de plano de saúde.

Em razão dessa reestruturação tecnológica, os investimentos mais substanciais realizados em 2018 foram os inerentes à aquisição da licença do referido **Sistema de Gestão ERP – TOTVS** e aos serviços de sua implantação (ainda não concluída). Em números menos expressivos, as aquisições e manutenções de infraestrutura de T.I. – hardwares, periféricos e licenciamentos - também compuseram o montante investido, conforme detalha a tabela abaixo.

Tecnologia da Informação	Valores em R\$ Mil		
	2016	2017	2018
Hardwares e Licenciamentos	7,3	105,9	73,4
Desenvolvimento de Software Próprio	216	-	-
Sistema de Gestão ERP – TOTVS <i>Licença de Uso, Serviços de Implantação e SMS (Serviços Mensais de Software)</i>	-	-	1.016,3
Total	223,3	105,9	1.089,7

3.2 Investimentos em Programas de Promoção e Prevenção em Saúde

Todos os recursos investidos pelo S.P.A. Saúde nos programas visam principalmente: atuar preventivamente na detecção de doenças crônicas, minimizar as condições de saúde dos beneficiários, equacionar os custos, evitar quando possível a hospitalização, melhorar a qualidade do atendimento, propor o direcionamento dos beneficiários para rede específica referenciada, evitar o desperdício com atenção na melhor resolutividade e menor incidência de efeitos adversos, incrementar a regulação conjuntamente com a auditoria médica e de enfermagem. Um beneficiário crônico sem prospecção pode ter o custo mensal equivalente ao investido em um ano nos programas.

Em 2018, dando continuidade ao projeto, atuou-se em duas frentes distintas: o Programa de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças, com registro junto à ANS, e Programa de Promoção da Cultura Institucional e Educação em Saúde, intitulado como “SPA Saudável” com ênfase para a linha de Cuidado Saúde do Adulto e do Idoso, com ações junto à população situada nas localidades não abrangidas pelo Programa da ANS.

No ano de 2016, foi desenvolvido o Projeto do Programa intitulado pela ANS de “Idoso Bem Cuidado”. O S.P.A. Saúde elaborou estudo para implantação futura de um plano piloto deste, entendendo ser um diferencial na gestão e qualidade de atendimento. Outra previsão futura é o investimento em *Call Center*, um Centro de comunicação e de abordagem ao beneficiário com a finalidade de ampliar a gestão através do contato e monitoramento dos beneficiários com perfil de risco.

Permanecem os esforços centrados na manutenção da rede de atendimento e na continuidade destes programas e em outros que visam a promoção de uma nova

cultura comportamental. Paralelo a isso, continua-se o processo de implantação e manutenção do Prontuário Eletrônico do Paciente (software) – PEP - a ser preenchido pelas equipes externas e internas dos atendimentos da localidade de Boa Esperança/MG, São Paulo/SP, Varginha/MG, Guaratinguetá/SP e Taubaté/SP.

Até o final de 2019 prevê-se o registro na ANS (PROMOPREV) de mais um dos Programas criados como “SPA Saudável”. Os investimentos totais realizados nos programas no ano de 2018 estão discriminados na tabela a seguir.

Programas de Saúde	Valores em R\$ Mil		
	2016	2017	2018
Registrados na ANS - PROMOPREV	151,1	254,3	339,8
Não Registrados na ANS - SPA SAUDÁVEL	494,6	405,7	713,8
Total	645,6	660,0	1.053,6

3.2.1 Programas registrados na ANS

PROMOPREV - Programas de Promoção à Saúde e Prevenção de Riscos de Doenças

Em atenção à Instrução Normativa Conjunta nº 02, de 07/07/2010, e posteriores alterações, o S.P.A. Saúde registrou no mesmo exercício, e o mantém desde então através de monitoramentos junto à ANS, o **Programa de Hipertensão Arterial Sistêmica** e, em 07/02/2017 foi registrado o Programa denominado **PQVST** (Programa de Qualidade de Vida e Saúde no Trabalho), aprovado pela ANS, tendo sido encaminhado no início de 2018 o primeiro formulário de seu monitoramento.

Estes programas visam fomentar ações educativas (prevenção) e de atendimento clínico e multiprofissional (prevenção, promoção e reabilitação) na patologia Hipertensão Arterial Sistêmica, Diabetes, Doenças Osteomusculares, emocionais, entre outras, e relacionadas ao trabalho na sede do S.P.A. Saúde aos seus beneficiários colaboradores.

3.2.2 Programas não registrados na ANS

Programas de Promoção da Cultura Institucional e Educação em Saúde - SPA Saudável

No ano de 2005 o S.P.A. Saúde implantou um programa de promoção à saúde que visa fomentar o processo educativo em saúde, criando e legitimando junto aos beneficiários, uma nova cultura relacionada à saúde, partindo do princípio de que a saúde vai além da intervenção clínica.

As atividades deste Programa visam trabalhar e gerenciar a carteira do S.P.A. Saúde em níveis de Promoção, Prevenção e Reabilitação com o atendimento domiciliar. Esta modalidade foi implantada nas Associadas:

- ✓ Cooperativa de Laticínios Serramar;
- ✓ Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Varginha Ltda.;
- ✓ Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região de Varginha Ltda. – SICOOB–CREDIVAR;
- ✓ Cooperativa Central dos Cafeicultores e Agropecuária de MG Ltda.;
- ✓ Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Elói Mendes;
- ✓ Cooperativa de Laticínios Médio Vale do Paraíba - COMEVAP;
- ✓ Sindicato Rural de Taubaté;
- ✓ Sindicato Rural de Pindamonhangaba;
- ✓ Cooperativa Agropecuária do Vale do Sapucaí Ltda.;
- ✓ Coop. de Crédito de Livre Admissão do Sul de Minas Ltda. – SICOOB CREDIVASS.

4. Desempenho Operacional

A seguir o desempenho econômico-financeiro do exercício de 2018, analisado em comparação com o exercício de 2017. Para melhor entendimento da evolução dos números, está destacado um período comparativo de cinco anos das rubricas de maior relevância e expressão da DRE Gerencial. Nesta, eventualmente, alguns grupos de contas podem ser realocados e agrupados sob uma perspectiva diferente da DRE Societária, bem como a utilização de termos menos técnicos e mais usuais,

de maneira a atender às necessidades de informação e análises gerenciais, com clareza e transparência.

4.1 Receitas com Operações de Planos de Assistência à Saúde

Contraprestações Emitidas

Em 2018 as contraprestações emitidas líquidas (mensalidades) apresentaram um crescimento à ordem de **15,05%** em relação ao ano anterior. Isso se deve à adesão de novos beneficiários aos planos de assistência à saúde (aumento da carteira), campanhas de incentivo à novas adesões, bem como ao reajuste aplicado em setembro de 2018 sobre a tabela de mensalidades, sendo 20,40% sobre o plano Gold e de 8,95% sobre os demais planos, promovendo um reajuste de 10,66% sobre a carteira global.

Contraprestações Emitidas Líquidas – R\$ Milhões



4.2 Despesas de Assistência à Saúde Médico-Hospitalar

Em virtude do recorrente aumento nos custos assistenciais, oriundos da inflação saúde, da ocorrência de internações de alto custo, do aumento de coberturas exigidas pela ANS, do incremento na quantidade de procedimentos realizados e da incorporação de inovações tecnológicas e novos medicamentos, além de oscilações positivas da PEONA – Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados -, o ano de 2018 apresentou uma elevação de **22,25%** nas despesas líquidas de assistência médico-hospitalar em relação a 2017, sendo este um dos maiores percentuais de aumento em relação à variação média anual dos últimos cinco anos.

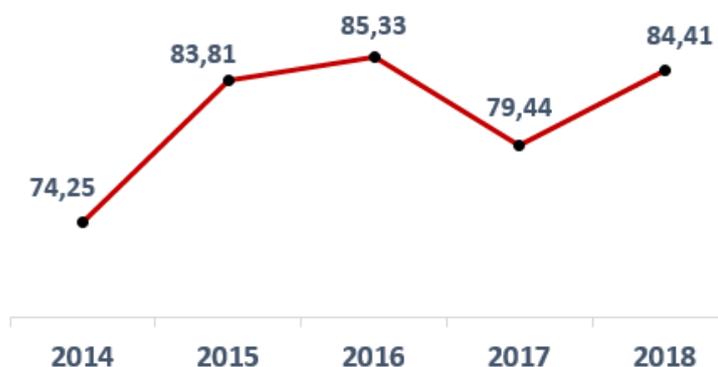
Despesas Líquidas de Assistência à Saúde – R\$ Milhões



A taxa de sinistralidade, que é a relação, expressa em porcentagem, entre a despesa assistencial e a receita de contraprestações das operadoras de planos de saúde, evidencia bem a elevação nas despesas de assistência médico-hospitalar no ano de 2018. Em relação a 2017, a sinistralidade apresentou um aumento de 4,97 p.p., atingindo a marca de **84,41%**, a segunda maior taxa dos últimos cinco anos.

Como comentado em tópico anterior (fatores influenciadores de *performance*), a alta da sinistralidade, bem como o crescimento percentual das despesas assistenciais acima da média, são reflexos não somente de uma, mas de várias ocorrências que afetam negativamente o desempenho e os resultados do S.P.A. Saúde nas operações de planos de assistência à saúde.

Sinistralidade %



4.3 Operações de Corresponsabilidade pela Gestão dos Riscos Decorrentes do Atendimento dos Beneficiários

Esse tipo de operações objetiva viabilizar a cobertura de assistência à saúde, prevista contratualmente nos planos, em uma região geográfica na qual a operadora não possui vínculo direto com a rede prestadora de serviços assistenciais. No caso específico do S.P.A Saúde, as outras operadoras indicadas para atendimento aos beneficiários de forma continuada em determinadas regiões são as pertencentes à Rede Unimed. A ANS deliberou, por meio da RN 430/2017, sobre os registros contábeis de tais operações com efeitos a partir do ano de 2018. As despesas líquidas dessas operações de compartilhamento de risco no ano de 2018 cresceram **28,31%** em relação à 2017 e estão discriminadas na tabela a seguir.

Operações com Planos de Assistência à Saúde – R\$ Mil

Operações de Assistência à Saúde	2017	2018
Contraprestações (mensalidades)	88.232	101.511
(-) Corresponsabilidade Transferida (Unimed)	(28.413)	(36.458)
Contraprestações Líquidas	59.819	65.053
Despesas de Assistência à Saúde	70.091	85.689
(-) Corresponsabilidade Transferida (Unimed)	(28.413)	(36.458)
Despesas Assistenciais Líquidas	41.678	49.230
Resultado das Operações Assistenciais	18.141	15.823

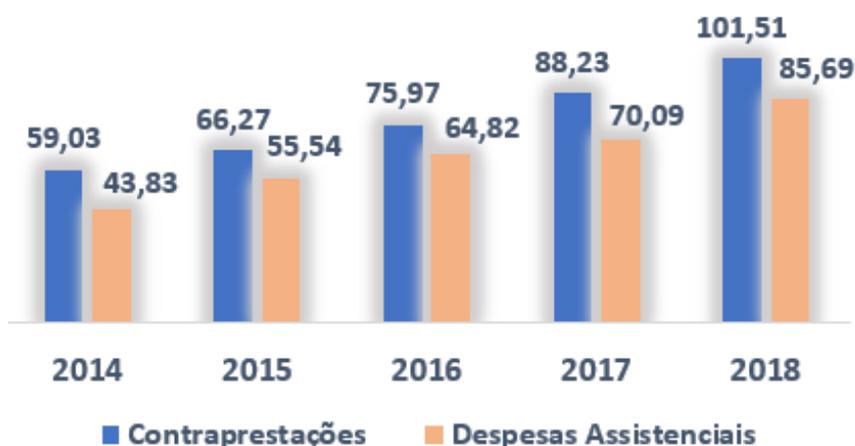
4.4 Resultado das Operações com Planos de Assistência à Saúde

Em razão do crescimento das despesas de assistenciais acima da média, o resultado das operações com planos de assistência à saúde do ano de 2018, como demonstrado na tabela anterior, apresentou uma queda de **-12,78%** em relação à 2017. Apesar do aumento das contraprestações, a elevação das despesas assistenciais à ordem 22,25% contribui de maneira significativa para essa expressiva variação desfavorável.

Resultado das Operações com Planos de Assistência à Saúde
R\$ Milhões



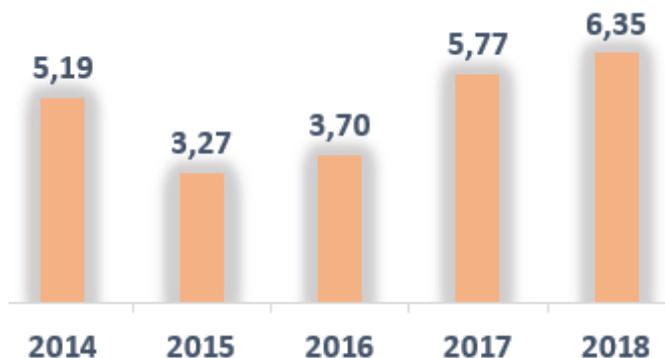
Contraprestações e Despesas Assistenciais - R\$ Milhões



4.5 Outras Despesas Operacionais

Em comparação ao ano anterior, houve um aumento à ordem de **10%** em Outras Despesas Operacionais no ano de 2018. Essa variação se deve ao aumento dos dispêndios em programas de promoção à saúde e prevenção de riscos e doenças, à ordem de 59,62%, bem como a uma elevação de 8,60% na Provisão para Perdas sobre Créditos de Liquidação Duvidosa (PPCLD) -, a qual reflete não somente as perdas oriundas da inadimplência (essas em volume inexpressivo), como também as possíveis perdas provenientes de Créditos com a Recuperação de Despesas de Assistência Médico-Hospitalar junto à rede assistencial.

Outras Despesas Operacionais – R\$ Milhões



4.6 Despesas Administrativas

Ao final de 2018 foi apurado um aumento nas Despesas Administrativas de **23,62%** em relação ao ano de 2017. Essa variação se deve principalmente ao processo de reestruturação administrativa e tecnológica, a qual no exercício de 2018 foi intensificada com dispêndios relacionados à Tecnologia da Informação, com o processo de implantação (ainda não finalizado) de novo sistema informatizado de gestão, como mencionado no tópico 3 (investimentos realizados). As despesas com ações de publicidade também tiveram elevação significativa à ordem de 73,34%. Já as despesas com pessoal próprio, apesar da elevação no número de colaboradores em razão de novos postos de trabalho, frutos da contínua reestruturação administrativa, apresentaram um aumento de 8,60%.

Despesas Administrativas – R\$ Milhões



4.7 Resultado Operacional

Em decorrência de uma combinação desfavorável de variações envolvendo crescimento mediano das Contraprestações, alto crescimento das Despesas de Assistência à Saúde Médico-Hospitalar (principalmente por conta da ocorrência de internações de alto custo), assim como das Despesas Administrativas, ambas acima da faixa de 20%, o resultado operacional do S.P.A. Saúde em 2018 foi deficitário, apresentando uma brutal redução em relação ao ano de 2017 à ordem de **-111,37%**, ano este que apresentou o melhor desempenho em termos de resultado operacionais.

Resultado Operacional – R\$ Mil



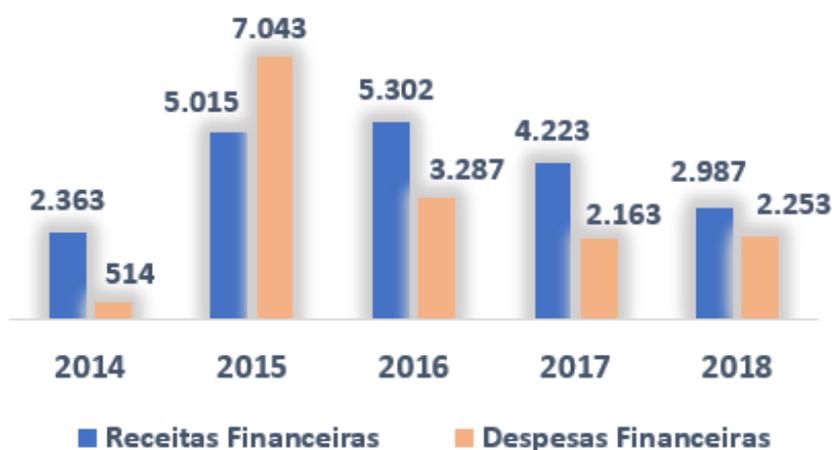
4.8 Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro do ano de 2018 apresentou a diminuição de **-29,28%** em relação ao ano de 2017, em virtude de dois fatores principais: **a)** a baixa taxa de juros Selic (faixa de 6,40% - meta 6,50%) não possibilita altos ganhos financeiros com os ativos e impacta a *performance* dos fundos de investimentos e **b)** o efeito danoso que os encargos financeiros oriundos das correções dos autos de infração da Prefeitura do Município de São Paulo inerentes ao tributo ISS. Nesse cenário adverso, os rendimentos sobre os ativos financeiros sofreram considerável queda à ordem de -26,34% em relação à 2017. Já as despesas de correção dos autos de infração supramencionados elevaram-se em 26,09%.

Resultado Financeiro Líquido – R\$ Mil



Receitas Financeiras e Despesas Financeiras – R\$ Mil

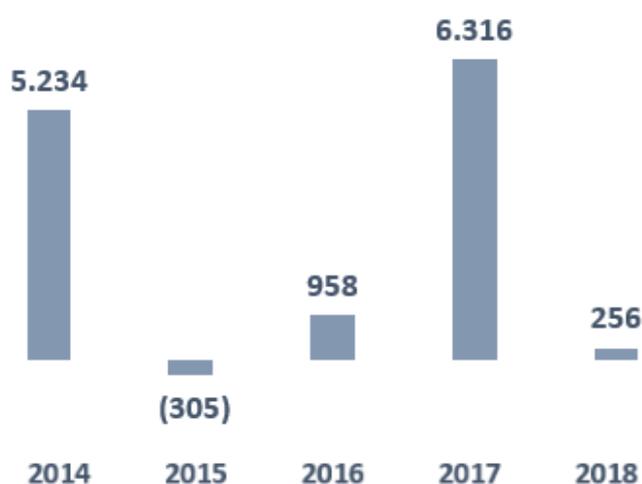


4.9 Resultado Líquido

O superávit auferido ao final do exercício de 2018 representou uma drástica redução à ordem de **-95,95%** em relação ao ano anterior. O expressivo aumento acima de 20% em Despesas de Assistência à Saúde e Despesas Administrativas, o crescimento mediano das Contraprestações (mensalidades) na faixa de 15%, a redução do Resultado Financeiro em quase 30% e o aumento da sinistralidade - 9,4 pontos percentuais acima do ideal (75%) -, foram determinantes para que o S.P.A.

Saúde encerrasse o ano de 2018 com um discreto superávit, porém, muito inferior ao superávit histórico de 2017.

Resultado Líquido – R\$ Mil



5. Capacidade Financeira

Os indicadores econômico-financeiros são elementos que tradicionalmente representam o conceito de análise de balanço. São cálculos efetuados a partir do balanço patrimonial e da demonstração de resultados, apurando índices que ajudem no processo de clarificação do entendimento da situação da empresa, em seus aspectos patrimoniais, financeiros e de rentabilidade.

O objetivo básico dos indicadores econômico-financeiros é evidenciar a posição atual da empresa, ao mesmo tempo em que tentam inferir o que pode acontecer em período futuro, caso a situação detectada pelos indicadores tenha sequência.

Os indicadores do S.P.A. Saúde avalizam boa situação financeira, corroborando a sustentabilidade, plena capacidade de continuidade das operações e manutenção dos objetivos estatutários. A maioria dos indicadores de 2018, comparados com 2017 para melhor entendimento da evolução dos índices, atestam o exposto (apesar de inferiores por conta do discreto superávit realizado):

Indicadores Econômico-Financeiros

	2016	2017	2018
Liquidez Geral	1,76	1,91	1,76
Liquidez Corrente	2,69	3,16	2,77
Liquidez Imediata	2,49	2,89	2,56
CCL - R\$ Mil	23.773	31.552	32.396
Rentabilidade dos Ativos - %	1,88%	10,50%	0,39%
Rentabilidade do PL - %	4,12%	21,35%	0,86%
Margem Operacional - %	1,26%	7,16%	0,25%
PMA - Suficiência - R\$ Mil	16.939	23.480	23.696
Capital Mínimo Exigido - R\$ Mil	4.879	5.025	5.246
Patrimônio Líquido Ajustado - R\$ Mil	21.817	28.505	28.941

***Nota: De forma a não haver distorção pelo caráter temporal, nos cálculos inerentes à liquidez de curto prazo, bem como ao Capital Circulante Líquido, sobre o montante do Passivo Circulante – exigível de curto prazo -, foram desconsiderados os valores de provisões técnicas que já estão garantidos por depósitos judiciais, haja vista estes figurarem o grupo Realizável de Longo Prazo no Ativo Não Circulante.*

As aplicações financeiras são realizadas de acordo com a Política de Investimentos que busca, com segurança, otimizar rentabilidade e liquidez. Como os títulos e valores mobiliários do S.P.A. Saúde são destinados integralmente à cobertura de suas operações, sendo parte exclusivamente à cobertura das provisões técnicas, estão classificados na categoria Títulos Disponíveis para Venda. E, nesse sentido, a entidade declara não possuir títulos e valores mobiliários classificados na categoria de Títulos Mantidos até o Vencimento.

**Títulos e Valores Mobiliários
Disponíveis para Venda (R\$ Mil)**

Composição das Aplicações Financeiras	2016	2017	2018
RENDA FIXA	35.073	42.209	46.590
Aplicação de Liquidez Imediata	6.144	11.279	8.849
Cotas de Fundo de Investimentos	6.144	11.279	8.849
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas	22.013	23.911	18.026
Fundo de Investimentos Dedicado ANS	7.373	7.968	18.026
Operações Compromissadas	14.640	15.943	-
Aplicações Livres	6.916	7.019	19.715
Cotas de Fundo de Investimentos	5.081	7.019	19.715
CDB	1.836	-	-

6. Política de Destinação de Superávits

Considerando que o S.P.A. Saúde é uma associação com fins não econômicos, eventuais superávits devem ser destinados à manutenção e desenvolvimento de seus objetivos sociais, sendo vedada a sua distribuição às Associadas, em face do disposto no art. 174, § 3º., da Lei n. 9.532/97.

7. Capital Humano

Uma das bases de atenção do Planejamento Estratégico implementado em 2017 é o Patrimônio Humano, com foco na adequação da estrutura, na motivação, eficiência e desenvolvimento de pessoas. Criado no mesmo ano, o RH Estratégico do S.P.A. Saúde objetiva a valorização e o desenvolvimento do capital humano, alinhados à estratégia da organização.

RH Estratégico

Missão

Ser o elo entre o S.P.A. Saúde e seus colaboradores, promovendo o alinhamento de interesses e gerando nível elevado de satisfação de todos os envolvidos.

Valores

- ✓ *Olhar humanizado nas relações interpessoais;*
- ✓ *Promover a valorização humana e o desenvolvimento profissional por meio do conhecimento e da inovação;*
- ✓ *Proporcionar credibilidade, respeito e integridade aos colaboradores através da Gestão de Recursos Humanos.*

No encerramento de 2018 o quadro de colaboradores estava composto por 72 funcionários, apresentando um expressivo aumento de **20%** em relação ao ano de 2017, cujo quadro era de 60 colaboradores.

2015	2016	2017	2018
55	58	60	72

Os colaboradores possuem o nível educacional compatível com a política e exigência do plano de cargos e salários implantado.

Alocados na sede social em São Paulo – SP, os colaboradores atuam em suas funções administrativas na seguinte estrutura departamental:

Áreas	Número de Colaboradores
Assessoria Médica	7
Departamento Administrativo	7
Departamento Contábil / Financeiro	5
Departamento de Tecnologia da Informação	8
Departamento Técnico Operacional	44
Superintendência	1

O plano de benefícios concedidos aos colaboradores é composto por:

- ✓ Plano de saúde;
- ✓ Vale-refeição;

- ✓ Cesta básica / Vale-alimentação;
- ✓ Auxílio creche;
- ✓ Seguro de vida;
- ✓ Programa de medicina preventiva e de qualidade de vida;
- ✓ Vacinação contra gripe.

A rotatividade de pessoal (*Turnover*) refere-se à relação entre admissões e demissões ou à taxa de substituição de trabalhadores antigos por novos. E nesse aspecto, o S.P.A. Saúde apresenta um bom índice de *Turnover*. A taxa média de absenteísmo é de 0,13%, o que só corrobora a assiduidade dos colaboradores.

8. Proteção ao Meio-Ambiente

Considerando a natureza jurídica do S.P.A. Saúde, não foram aplicados recursos em proteção ao meio ambiente, ressaltando, porém, a constante preocupação com a saúde do homem do campo. Atualmente agregado aos programas de promoção da saúde e prevenção de riscos de doenças foram iniciadas campanhas de conscientização da necessidade de atenção à preservação ambiental.

9. Perspectivas para os próximos exercícios

Crescimento é a palavra de ordem! Essa é a premissa básica para a concretização da Visão de futuro do S.P.A. Saúde: “*Ser a primeira opção dos produtores rurais em promoção e assistência à saúde*”. Muito já foi feito, mas ainda há muito por fazer. O grande objetivo continua sendo perseguido: a consolidação do S.P.A. Saúde como uma operadora forte e sustentável, de forma a perpetuar cuidando da saúde do produtor rural e de sua família.

Após as diretrizes e objetivos traçados no Planejamento Estratégico implementado no início de 2017, o S.P.A. Saúde promoveu grandes mudanças na gestão e quebras de alguns paradigmas. Ao longo dos dois últimos anos – mais fortemente em 2018 -, vem fortalecendo importantes alicerces para um crescimento seguro, investindo em estrutura e expansão da sede, tecnologia e ampliação do capital humano.

Dada a grandeza e importância dessas frentes, no ano de 2019 os investimentos continuarão concentrados nesses pilares, porém também direcionados (neste e em exercícios seguintes) ao aprimoramento dos processos internos e gestão de risco, ao desenvolvimento de novos produtos, à ampliação e fortalecimento da rede assistencial, à expansão da carteira de beneficiários e cobertura geográfica e à intensificação de ações voltadas aos programas de promoção à saúde e prevenção

de riscos e doenças, não somente em sua manutenção como também na ampliação de participantes.

Para uma visão de futuro tão desafiadora, ainda há muito por conquistar e o momento é de colaboração mútua, intensa: Dirigentes de Associadas (cooperativas, associações e sindicatos da categoria) e o S.P.A. Saúde de mãos dadas, juntos e focados no crescimento, na ampliação da carteira de beneficiários. Um crescimento que ocorre de forma organizada e estruturada, de maneira a aumentar e melhorar os resultados e, assim, tornar o plano de saúde do produtor rural cada vez mais sustentável.

Agradecimentos

O Conselho Deliberativo e Superintendência agradecem pelo apoio, participação, dedicação e empenho dos colaboradores na intensa atuação que contribuiu para os resultados alcançados. Estendemos nossos agradecimentos ao Conselho Fiscal, às associadas, produtores rurais, rede assistencial, prestadores de serviços, fornecedores e demais parceiros.

São Paulo, 21 de março de 2019

S.P.A. SAÚDE - SISTEMA DE PROMOÇÃO ASSISTENCIAL

Ricardo de Oliveira Garcia
Superintendente

S.P.A. SAÚDE - SISTEMA DE PROMOÇÃO ASSISTENCIAL
CNPJ nº 69.259.356/0001-40

RELATÓRIO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em Reais)

ATIVO	Nota Explicativa nº	2018 R\$	2017 R\$
ATIVO CIRCULANTE		50.672.585	46.150.392
Disponível	6	9.001.720	11.289.953
Realizável		41.670.865	34.860.439
Aplicações Financeiras	7	37.741.211	30.930.278
Aplicações Garantidoras Provisões Técnicas		18.026.121	23.911.400
Aplicações Livres		19.715.090	7.018.878
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		2.253.532	2.421.824
- Contraprestações Pecuniárias/Prêmio a Receber		606.159	870.907
- Outros Créditos de Operações c/ Planos de Assistência à Saúde	8	1.647.373	1.550.917
Créditos Tributários e Previdenciários		5.133	1.514
Bens e Títulos a Receber	9	1.204.736	1.495.917
Despesas Antecipadas		466.253	10.906
ATIVO NÃO CIRCULANTE		15.291.211	13.997.398
Realizável a Longo Prazo	10	12.913.515	12.141.837
Créditos Tributários e Previdenciários		9.827.118	9.423.508
Títulos e Créditos a Receber		-	2.167
Depósitos Judiciais e Fiscais		3.086.397	2.716.162
Imobilizado	11	1.943.375	785.754
Imóveis - Não Hospitalares		1.642.762	580.395
Bens Móveis - Não Hospitalares		267.701	203.534
Imobilizações em curso - Não Hospitalares		32.000	-
Outras Imobilizações - Não Hospitalares		912	1.825
Intangível	12	434.321	1.069.807
TOTAL DO ATIVO		65.963.796	60.147.790

As Notas Explicativas complementam estas Demonstrações Contábeis, sendo parte integrante das mesmas.

S.P.A. SAÚDE - SISTEMA DE PROMOÇÃO ASSISTENCIAL
CNPJ nº 69.259.356/0001-40

RELATÓRIO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em Reais)

PASSIVO	Nota Explicativa nº	2018 R\$	2017 R\$
PASSIVO CIRCULANTE		20.984.718	17.058.409
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	13 e 14	17.570.880	14.239.354
- Provisão de Contraprestação Não Ganha - PPCNG		46.437	12.210
- Provisão de Eventos a Liquidar para SUS		3.161.400	2.950.057
- Provisão de Eventos a Liquidar Outros Prestadores de Serviços Assistenciais		5.734.576	3.777.347
- Provisão para Eventos Ocorridos e não Avisados (PEONA)		8.628.467	7.499.740
Débitos de Operações de Assistência à Saúde		1.697.386	1.766.156
- Operadoras de Planos de Assistência à Saúde	15	1.681.150	1.759.091
- Outros Débitos de Operações c/ Planos de Assistência à Saúde		16.236	7.065
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	16	509.470	420.800
Débitos Diversos	17	1.206.982	632.099
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		15.137.289	13.503.434
Provisões		336.610	342.586
Provisões para Ações Judiciais	18	336.610	342.586
Tributos e Encargos Sociais a Recolher		14.800.679	13.160.848
Tributos e Contribuições	19	14.800.679	13.160.848
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		29.841.789	29.585.947
Patrimônio Social		29.585.947	23.270.132
Superávit/Déficit Acumulados		255.842	6.315.814
TOTAL DO PASSIVO		65.963.796	60.147.790

As Notas Explicativas complementam estas Demonstrações Contábeis, sendo parte integrante das mesmas.

S.P.A. SAÚDE - SISTEMA DE PROMOÇÃO ASSISTENCIAL
CNPJ nº 69.259.356/0001-40

RELATÓRIO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em Reais)

<i>Descrição</i>	<i>Nota Explicativa nº</i>	<i>2018 R\$</i>	<i>2017 R\$</i>
Contraprestações Efetivas de Planos de Assistência à Saúde		65.053.192	59.818.752
Receitas com Operações de Assistência à Saúde	21	65.053.192	59.818.752
Contraprestações Líquidas		65.053.192	59.818.752
Eventos Indenizáveis Líquidos		(49.230.415)	(41.677.894)
Eventos Conhecidos ou Avisados		(48.101.689)	(40.635.323)
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados		(1.128.726)	(1.042.571)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		15.822.777	18.140.858
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde	22	336.959	216.063
Outras Despesas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde	23	(6.348.746)	(5.771.929)
Outras Despesas Operacionais com Plano de Saúde		(2.783.263)	(2.816.008)
Programa de Prom. da Saúde e Prev. de Riscos e Doenças		(1.053.565)	(660.050)
(-) Recuperação de Outras Despesas Operac. de Assistência à Saúde		688	17.740
Provisão para Perdas sobre Créditos		(2.512.606)	(2.313.611)
RESULTADO BRUTO		9.810.990	12.584.992
Despesas Administrativas	24	(10.295.188)	(8.327.939)
Resultado Financeiro Líquido	25	734.190	2.060.421
Receitas Financeiras		2.987.005	4.223.484
Despesas Financeiras		(2.252.815)	(2.163.063)
Resultado Patrimonial		5.850	(1.660)
Receitas Patrimoniais		7.200	1.200
Despesas Patrimoniais		(1.350)	(2.860)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		255.842	6.315.814
RESULTADO LÍQUIDO		255.842	6.315.814

As Notas Explicativas complementam estas Demonstrações Contábeis, sendo parte integrante das mesmas.

S.P.A. SAÚDE - SISTEMA DE PROMOÇÃO ASSISTENCIAL
CNPJ nº 69.259.356/0001-40

RELATÓRIO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em Reais)

<i>Descrição</i>	<i>Nota Explicativa nº</i>	<i>Patrimônio Social R\$</i>	<i>Déficit/ Superávit do Exercício R\$</i>	<i>Total R\$</i>
Saldo em 31.12.2016		22.311.725	958.407	23.270.132
Diminuição do Patrimônio Social com Déficit		958.407	(958.407)	-
Superávit do Exercício			6.315.814	6.315.814
Saldo em 31.12.2017		23.270.132	6.315.814	29.585.947
Aumento do Patrimônio Social com Superávit		6.315.814	(6.315.814)	-
Superávit do Exercício	20	-	255.842	255.842
Saldo em 31.12.2018		29.585.947	255.842	29.841.789

As Notas Explicativas complementam estas Demonstrações Contábeis, sendo parte integrante das mesmas.

S.P.A. SAÚDE - SISTEMA DE PROMOÇÃO ASSISTENCIAL
CNPJ nº 69.259.356/0001-40

RELATÓRIO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (MÉTODO DIRETO)
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em Reais)

<i>Descrição</i>	2018	2017
	R\$	R\$
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(+) Recebimento de Planos de Saúde	101.315.560	87.914.092
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	123.485.827	70.635.109
(+) Outros Recebimentos Operacionais	10.643.024	9.501.194
(-) Pagamentos a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	(90.530.955)	(77.910.827)
(-) Pagamento de Pessoal	(4.054.736)	(3.547.722)
(-) Pagamento de Serviços de Terceiros	(3.101.183)	(2.275.138)
(-) Pagamento de Tributos	(5.105.813)	(4.682.435)
(-) Pagamento de Promoção / Publicidade	(245.139)	(103.193)
(-) Pagamentos de Processos (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(164.047)	(70.013)
(-) Aplicações Financeiras	(125.842.751)	(74.991.589)
(-) Outros Pagamentos Operacionais	(4.938.621)	(4.382.357)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.461.166	87.121
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
(+) Recebimento de Venda de Ativo Imobilizado – Outros	-	-
(+) Outros Recebimentos das Atividades de Investimento	6.600	600
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Outros	(1.284.565)	(25.953)
(-) Pagamento Relativo ao Ativo Intangível	(41.969)	(78.822)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(1.319.934)	(104.175)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	141.232	(17.054)
CAIXA - Saldo Inicial	11.380	28.434
CAIXA - Saldo Final	152.612	11.380
REDUÇÃO/AUMENTO NAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS – RECURSOS LIVRES	12.696.212	102.464
Ativos Livres no Início do Ano	7.018.878	6.916.414
Ativos Livres no Final do Ano	19.715.090	7.018.878

As Notas Explicativas complementam estas Demonstrações Contábeis, sendo parte integrante das mesmas.

S.P.A. SAÚDE - SISTEMA DE PROMOÇÃO ASSISTENCIAL
CNPJ nº 69.259.356/0001-40

RELATÓRIO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em Reais)

<i>Descrição</i>	<i>2018</i> <i>R\$</i>	<i>2017</i> <i>R\$</i>
Resultado Líquido do Exercício	255.842	6.315.814
Componentes do Resultado Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	255.842	6.315.814

As Notas Explicativas complementam estas Demonstrações Contábeis, sendo parte integrante das mesmas.

S.P.A. SAÚDE - SISTEMA DE PROMOÇÃO ASSISTENCIAL
CNPJ nº 69.259.356/0001-40

RELATÓRIO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

O S.P.A. SAÚDE - SISTEMA DE PROMOÇÃO ASSISTENCIAL é uma Pessoa Jurídica de direito privado, constituída e organizada sob a forma de Associação com fins não econômicos, de natureza Assistencial, com sede e foro na cidade de São Paulo – SP, podendo abrir representações em quaisquer Estados da Federação, que tem por finalidade a realização de atividades assistenciais destinadas aos beneficiários de suas entidades associadas, no âmbito de sua cobertura geográfica.

Constituem objetivos sociais do S.P.A. SAÚDE - SISTEMA DE PROMOÇÃO ASSISTENCIAL, a serem cumpridos sob as formas fixadas no Estatuto e nas Resoluções de seus Órgãos competentes e/ou Regulamentos específicos:

I. Assegurar a cobertura de custos assistenciais a preço pré ou pós-estabelecido, por prazo indeterminado, com finalidade de garantir, sem limite financeiro, a assistência à saúde, pela faculdade de acesso e atendimento por profissionais ou serviços de saúde, livremente escolhidos, integrantes ou não de rede-credenciada ou própria, contratada ou referenciada, visando à assistência médica e hospitalar, a ser paga integral ou parcialmente pelo S.P.A. SAÚDE - SISTEMA DE PROMOÇÃO ASSISTENCIAL, mediante reembolso ou pagamento direto ao prestador, por conta e ordem do beneficiário, observada a opção efetuada;

II. Promoção de atividades de assistência à saúde, campanhas de prevenção de doenças e educativas, diretamente ou através de parcerias com entidades públicas ou privadas;

III. Manter Convênios de reciprocidade com entidades congêneres visando oferecer melhores condições de atendimento aos seus beneficiários, bem como de cooperação técnica com a AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR – ANS, Ministério da Saúde e outras organizações, com vistas a promover estudos e pesquisas em prol do sistema suplementar de assistência à saúde.

Gozam da qualidade de Associadas, podendo ao S.P.A. SAÚDE - SISTEMA DE PROMOÇÃO ASSISTENCIAL se associar, as Cooperativas, as Confederações, as Federações, os Sindicatos e as Associações de produtores rurais sediadas no âmbito de cobertura geográfica da assistência prestada.

Para efeito da realização dos objetivos sociais, consideram-se beneficiários titulares os respectivos Cooperados e Associados das entidades especificadas no parágrafo anterior.

O S.P.A. SAÚDE - SISTEMA DE PROMOÇÃO ASSISTENCIAL está classificado junto à AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR no segmento de autogestão não patrocinada.

NOTA 2 – ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades supervisionadas pela AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR – ANS e compreendem as normas emitidas pela ANS e os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS, e estão sendo apresentadas em conformidade com os dispositivos estabelecidos pelas Resoluções Normativas da ANS nº 418 de 26/12/2016 e nº 430 de 07/12/2017.

Os itens incluídos nas Demonstrações Contábeis são avaliados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Associação atua (moeda funcional). Tais Demonstrações Contábeis são apresentadas em reais, omitidos os centavos.

A Resolução Normativa da ANS nº 430/2017 dispôs sobre as operações de compartilhamento de riscos envolvendo operadoras, contemplando os critérios contábeis que as Operadoras devem adotar em tais operações a partir de 1º de janeiro de 2018. As Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins comparativos, foram reclassificadas de acordo com a citada RN 430/2017.

As presentes Demonstrações Contábeis foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Superintendência Executiva do S.P.A. SAÚDE em 21 de março de 2019.

NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1 – Base de Preparação e Apresentação

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas como mencionado na Nota nº 2. A elaboração das Demonstrações Contábeis em conformidade com as RN nº 418/2016 e nº 430/2017 da ANS, requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as Demonstrações Contábeis e estão divulgadas na Nota nº 4. Os ativos são registrados pelos montantes pagos em caixa ou equivalentes de caixa ou pelo valor justo dos recursos entregues para adquiri-los na data da aquisição. Os passivos são registrados pelos montantes dos recursos recebidos em troca da obrigação ou, em algumas circunstâncias (como, por exemplo, imposto de renda), pelos montantes em caixa ou equivalentes de caixa se espera serão necessários para liquidar o passivo no curso normal das operações.

3.1.1 - Ativo Circulante - O Ativo Circulante está demonstrado pelos valores de custo deduzidos, quando aplicável, das correspondentes provisões para reduções ao valor recuperável.

3.1.1.1 - Caixa e equivalentes de Caixa - Disponibilidade

Caixa e equivalentes de caixa incluem o numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis.

3.1.1.2 - Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de Ativo Financeiro ou Passivo Financeiro que não seja pelo valor justo, por meio do resultado, dos custos de transações que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data do Balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: de Ativos Financeiros, mensurados pelo valor justo no resultado; investimentos, mantidos até o vencimento; empréstimos e recebíveis e Ativos Financeiros disponíveis para venda e Passivos Financeiros, mensurados a valor justo no resultado e outros Passivos Financeiros.

3.1.1.3 – Aplicações Financeiras

Os títulos e valores mobiliários possuem características de disponível para venda e estão acrescidos dos rendimentos financeiros (resultado) que se aproximam do valor justo.

3.1.1.4 – Contraprestação Pecuniária a Receber

As contraprestações pecuniárias a receber decorrentes das operações com Plano de Saúde correspondem aos valores das mensalidades a receber dos associados aos Planos de Saúde disponibilizados pela Operadora.

Essas contraprestações são reconhecidas pelo valor justo, ou seja, reconhecidos pelo valor cobrado ou nominal. A constituição das provisões para perdas com esses créditos contempla as mensalidades vencidas há mais de 90 dias.

3.1.1.5 – Demais Créditos a Receber

Os outros créditos são reconhecidos pelo valor justo. A provisão para perdas com esses créditos contempla os títulos e créditos vencidos há mais de 90 dias.

3.1.1.6 – Bens e Títulos a Receber

3.1.1.6.1 – Bens à Venda

Os ativos não correntes mantidos para venda são mensurados pelo menor valor entre o valor justo menos os custos de vendas e o valor contábil na data em que forem classificados nessa categoria, e não são depreciados.

O imóvel está classificado para venda, em razão da intenção da Operadora, e é reconhecido pelo seu valor de avaliação descrito no Auto de Penhora na Execução de Título Extrajudicial (nº 1.156/2008) movido pelo S.P.A. SAÚDE contra a COOPERATIVA DE LATICÍNIOS DE AVARÉ, acrescido dos dispêndios realizados para transferência de propriedade, como impostos e outros custos de transação.

3.1.2 - Ativo Não Circulante

3.1.2.1 – Realizável a Longo Prazo

Os valores dos depósitos judiciais são reconhecidos à medida do efetivo desembolso conforme determinação do Poder Judiciário. Não há constituição para provisão de perdas com os Depósitos Judiciais cuja expectativa de realização está atrelada à expectativa de desembolso estimado na provisão para contingência.

Os créditos previdenciários, devidamente atualizados com juros, correspondem aos pedidos de restituição de contribuições previdenciárias sobre notas fiscais ou faturas de serviços prestados por cooperados por intermédio de cooperativa de trabalho (referentes aos períodos de competência 11/2010 a 10/2015 e devidamente recolhidas aos cofres públicos), os quais estão amparados pelo Parecer de Assessor Jurídico, Soluções de Consulta publicadas pela RFB, nºs 6.031 de 29/06/2015, 99.012 de 06/08/2015, 152 de 17/06/2015, e julgamento do Recurso Extraordinário nº 595838/SP pelo STF, o qual declarou a inconstitucionalidade do inciso IV, do art. 22 da Lei nº 8.212/1991.

Os outros créditos são reconhecidos pelo valor justo. A provisão para perdas com esses créditos contempla os títulos e créditos vencidos há mais de 90 dias.

3.1.2.2 - Imobilizado

O Imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os Terrenos não são depreciados. A depreciação de outros Ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Descrição	Anos
Imóveis	25
Instalações	10
Móveis e Utensílios e Sist. Telefonia	10
Computadores e Periféricos	05
Máquinas e Equipamentos	10
Veículos	05
Sistema de Telefonia	10

3.1.3 – “Impairment” de Ativos não Financeiros

Os Ativos que estão sujeitos a amortização são revisados para verificação de “impairment” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por “impairment” é reconhecida quando o valor contábil do Ativo excede seu valor recuperável.

3.1.4 – “Impairment” de Ativos Financeiros

A Operadora avalia no final de cada período se há evidência objetiva de que o Ativo Financeiro ou grupo de Ativos Financeiros está deteriorado. Um Ativo ou grupo de Ativos Financeiros está deteriorado e os prejuízos de “impairment” são incorridos somente se há evidência objetiva de “impairment” como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do Ativo Financeiro ou grupo de ativo financeiro que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Operadora usa para determinar se há evidências objetivas de uma perda por “impairment” incluem:

- i. Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- ii. Quebra de Contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- iii. O desaparecimento de um mercado ativo para aquele Ativo Financeiro devido às dificuldades financeiras.

3.1.5 - Passivo Circulante e Não Circulante - É demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

3.1.5.1 – Eventos a Liquidar Para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais

Os eventos a liquidar são as obrigações a pagar pelos serviços prestados pela rede credenciada no atendimento aos associados dos Planos de Saúde disponibilizado pela Operadora, sendo que o prazo médio de pagamento não é superior a 30 dias.

Esses eventos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, considerando como tal os valores dos serviços estabelecidos em cláusulas contratuais.

Os eventos a liquidar provenientes do Ressarcimento ao SUS são registrados pelos valores notificados pela AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR – ANS, encontrando-se devidamente atualizados com os encargos financeiros, haja, vista, serem obrigações vencidas, já que a Operadora vem questionando a legalidade da cobrança desse Ressarcimento. Esses eventos são reconhecidos no Passivo Não Circulante pela expectativa da Operadora de regularizar essas obrigações.

3.1.5.2 – Débitos a Liquidar para Operadoras de Plano de Assistência Médico-Hospitalar

Os débitos a liquidar para Outras Operadoras são as obrigações oriundas das operações de corresponsabilidade - em modalidade de pós-pagamento - pela gestão

dos riscos decorrentes do atendimento dos associados dos Planos de Saúde disponibilizado pela Operadora.

As contraprestações a pagar pela corresponsabilidade cedida são reconhecidas pelo valor justo, cujos valores dos serviços prestados por Outras Operadoras estão estabelecidos em cláusulas contratuais, sendo o prazo médio de pagamento não superior a 30 dias.

3.1.5.3 - Tributos e Contribuições a Recolher

Os tributos e contribuições a recolher são registrados a partir do conhecimento do seu fato gerador.

3.1.5.4 – Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como Passivo Circulante se o pagamento for devido no período de até um ano (ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, são apresentados como Passivo não Circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado como o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da Fatura correspondente, sendo que o prazo médio de pagamento é de 30 dias.

3.1.5.5 – Provisões

As provisões envolvendo as operações de assistência à saúde são calculadas com base nos critérios estabelecidos pela AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR – ANS.

As provisões para Ações judiciais trabalhistas, cíveis e fiscais são reconhecidas quando a Entidade: (i) tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; (iii) o valor tiver sido estimado com segurança.

A provisão de férias é constituída com base na remuneração dos empregados, incluindo as férias vencidas e proporcionais e os encargos sociais correspondentes.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.1.6 - Patrimônio Social

O Patrimônio Social compreende o Patrimônio Social inicial, acrescido dos valores dos superávits e diminuído dos déficits ocorridos.

3.1.7 - Reconhecimento da Receita

(a) Contraprestação Pecuniária de Assistência à Saúde

As Contraprestações efetivas são apropriadas à receita no último dia do mês, considerando-se o período de cobertura do risco por meio do cálculo “pró-rata-die”.

(b) Receita Financeira

As receitas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

NOTA 4 – JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS SIGNIFICATIVAS

Na elaboração das Demonstrações Contábeis foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para a contabilização de certos Ativos e Passivos e outras transações, e no registro das receitas e despesas dos períodos. A definição dos julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotadas pela Administração foi elaborada com a utilização das melhores informações disponíveis na data das referidas Demonstrações Contábeis, envolvendo experiência de eventos passados, previsão de eventos futuros, além de auxílio de especialistas, quando aplicável.

As Demonstrações Contábeis incluem, portanto, várias estimativas, mas não se limitando a seleção de vida útil dos bens do Imobilizado, atualizações de débitos fiscais parcelados e ainda não consolidados, provisões fiscais, trabalhistas e cíveis e o valor justo dos imóveis e dos instrumentos financeiros.

NOTA 5 – GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

As atividades da Operadora se expõem a alguns riscos financeiros: Risco de Crédito e Risco de Liquidez:

a. Risco de Crédito

O risco de crédito decorre de Caixa e equivalentes de Caixa, instrumentos financeiros, depósitos em instituições financeiras, bem como de exposição de créditos a receber dos associados. Para as instituições financeiras são aceitos somente títulos considerados recebíveis. Em relação aos créditos a receber de associados, respeitando as normas do órgão regulador do mercado de Planos de Saúde, a prestação dos serviços aos associados está condicionado à sua pontualidade no pagamento da mensalidade.

b. Risco de Liquidez

A previsão do Fluxo de Caixa é realizada pela Gerência Financeira através da monitorização das previsões orçamentárias para assegurar que a Operadora tenha Caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais.

O excesso de Caixa mantido pela Operadora, além do saldo exigido para administração do Capital Circulante, é investido em contas correntes com incidência

de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos de valores mobiliários, escolhendo vencimentos apropriados ou liquidez para fornecer margem suficiente conforme as referidas previsões.

NOTA 6 – DISPONÍVEL

Estão compostos da seguinte forma, em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

Descrição	2018 R\$	2017 R\$
Caixa	5.780	5.257
Banco Conta Movimento	146.832	6.122
- Bancos Conta Movimento	146.832	6.122
Aplicações (a)	8.849.108	11.278.574
Total	9.001.720	11.289.953

- (a) Corresponde às aplicações financeiras efetuadas no mercado financeiro e que estão livres para movimentação da Operadora, constituídas por Títulos de Renda Fixa.

NOTA 7 - APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras estão apresentadas a seguir e estão classificados na categoria “Títulos Disponíveis para Venda”, como segue:

Descrição	2018 R\$	2017 R\$
Aplicação de Liquidez Imediata (Nota nº 6)	8.849.108	11.278.574
Cotas de Fundo de Investimentos	8.849.108	11.278.574
Aplicações Financeiras de Natureza Não Imediata	37.741.211	30.930.278
Aplicações Garantidores de Provisões Técnicas (a)	18.026.121	23.911.400
Fundo de Investimentos Dedicado ANS	18.026.121	7.968.138
Operações Compromissadas	-	15.943.262
Aplicações Livres	19.715.090	7.018.878
Cotas de Fundo de Investimentos	19.715.090	7.018.878
Total em Renda Fixa	46.590.319	42.208.852

- (a) Em atendimento à Resolução Normativa (RN) nº 392, de 09 de dezembro de 2015, alterada pela Resolução Normativa (RN) nº 419 de 26 de dezembro 2016, da ANS, os Ativos garantidores das Provisões Técnicas são compostos por aplicações financeiras para Lastro e Vinculadas em Fundo de Investimentos Dedicado à própria ANS.

Os títulos e valores mobiliários da Operadora são destinados integralmente à cobertura de suas operações, sendo que parte deles destinados exclusivamente à cobertura das Provisões Técnicas.

NOTA 8 – OUTROS CRÉDITOS DE OPERAÇÃO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Estão compostos da seguinte forma:

Descrição	2018 R\$	2017 R\$
Participação dos Beneficiários em Eventos	1.077.301	1.181.958
Créditos com Recuperação de Despesas de Eventos	2.859.357	2.023.575
Outros Créditos	59.568	59.842
(-) Provisão Para Perdas sobre Crédito	(2.348.853)	(1.714.458)
Total	1.647.373	1.550.917

NOTA 9 – BENS E TÍTULOS A RECEBER

Correspondem, dentre outros bens e títulos a receber, ao valor do Imóvel obtido por meio da Execução de Título Extrajudicial, sob nº 1156/2008 (contra a COOPERATIVA DE LATICÍNIOS DE AVARÉ), incorporado ao Patrimônio do S.P.A. SAÚDE, em 2011, acrescido dos dispêndios realizados para transferência de propriedade, como impostos e outros custos de transação no ano de 2014, e destinado à venda, conforme Contrato de intermediação imobiliária para venda de imóvel firmado em 15 de agosto de 2016.

NOTA 10 - REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, está demonstrado da seguinte forma:

Descrição	2018 R\$	2017 R\$
Créditos Tributários e Previdenciários (a)	9.827.119	9.423.508
Depósitos Judiciais	3.086.397	2.716.162
Títulos e Créditos a Receber	-	2.167
Outros Créditos a Receber a Longo Prazo	-	-
- Execução Judicial Pessoa Jurídica (b)	207.714	207.714
- Execução Judicial Pessoa Física (c)	232.544	232.544
- (-) Provisão para Perdas sobre Créditos	(440.259)	(440.258)
Total	12.913.515	12.141.837

(a) Créditos Previdenciários

Devidamente atualizados com juros, os referidos créditos correspondem aos Pedidos de Restituição protocolados junto à RFB – Receita Federal do Brasil – no ano de 2015, referentes às contribuições previdenciárias (mês de competência 11/2010 a 10/2015) sobre notas fiscais ou faturas de serviços prestados por cooperados por intermédio de cooperativa de trabalho, os quais estão amparados

por Parecer de Assessor Jurídico, Soluções de Consulta publicadas pela RFB, nºs 6.031 de 29/06/2015, 99.012 de 06/08/2015, 152 de 17/06/2015, e julgamento do Recurso Extraordinário nº 595838/SP pelo STF, o qual declara a inconstitucionalidade do inciso IV, do art. 22 da Lei nº. 8212/1991.

(b) Cooperativas em Execução Fiscal

Foi constituída provisão total para riscos de perdas dos créditos a receber, tendo em vista o Parecer da Assessoria Jurídica.

(c) Processos Judiciais em Andamento

A entidade vinha contestando judicialmente a legalidade da contribuição previdenciária incidente sobre os pagamentos efetuados a autônomos e a Cooperativas de Trabalho Médico, bem como os Ressarcimentos ao SUS - AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - mediante depósito judicial. Em quatro de janeiro de 2001, foi interposto Requerimento de Instauração de Inquérito Policial em face de conduta perpetrada por DOMINGOS BENEDITO VALARELLI pela apropriação indébita do numerário destinado aos recolhimentos dos Depósitos Judiciais. O Processo foi transitado em julgado, restando apenas a penhora dos bens do Réu. Considerando o Parecer dos Assessores Jurídicos, será difícil a Operadora conseguir realizar esse crédito, tendo sido, portanto, constituída provisão total para perda na realização desse crédito.

NOTA 11 - IMOBILIZADO

Nas Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os bens do Ativo Imobilizado estão representados da seguinte forma:

<i>Descrição</i>	<i>Custo R\$</i>	<i>Depreciação R\$</i>	<i>Líquido 2018 R\$</i>	<i>Líquido 2017 R\$</i>
Imóveis de Uso Próprio – Não Hospitalares	2.393.923	(751.161)	1.642.762	580.395
Bens Móveis – Não Hospitalares	1.476.551	(1.208.850)	267.701	203.534
Instalações - Não Hospitalares	91.353	(87.955)	3.398	5.952
Móveis e Utensílios	156.617	(124.501)	32.117	38.665
Computadores e Periféricos	826.943	(713.712)	113.231	109.945
Máquinas e Equipamentos	167.838	(128.003)	39.835	48.972
Veículos	233.799	(154.679)	79.120	-
Imobilizações em curso	32.000	-	32.000	-
Outras Imobilizações – Não Hospitalares	21.399	(20.487)	912	1.825
Total	3.923.873	(1.980.498)	1.943.375	785.754

NOTA 12 - INTANGÍVEL

Refere-se ao saldo residual dos gastos com aquisição de software e dos gastos com marcas e patentes, como segue:

Descrição	Custo R\$	Amortização R\$	Líquido 2018 R\$	Líquido 2017 R\$
Software	2.824.731	(2.409.940)	414.791	1.055.917
Marcas e Patentes	19.530	-	19.530	13.890
Total	2.844.261	(2.409.940)	434.321	1.069.807

O prazo médio de amortização do saldo residual dos gastos com software próprio é de 6 (seis) meses.

NOTA 13 - PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

A Resolução Normativa RN nº 393/2015, da Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR – ANS, alterada pela Resolução Normativa RN nº 430/2017 e 442/2018, dispõe sobre os critérios de constituição de Provisões Técnicas a serem observados pelas Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde a partir de 1º de janeiro de 2016.

a) Provisão de Eventos a Liquidar

É constituída para fazer frente aos valores a pagar por eventos avisados até a data de 31 de dezembro de 2018, independentemente da emissão ou não do documento fiscal pelo prestador de serviços.

Os eventos indenizáveis provenientes do Ressarcimento ao SUS são reconhecidos mensalmente com base nos valores das notificações dos Avisos de Beneficiários Identificados (ABI), reduzidos pelo percentual histórico de cobrança individual da Operadora (% hc), bem como com base nos avisos de cobrança (GRU).

b) Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)

A Resolução Normativa RN nº 160/2007, da Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR – ANS, tornou obrigatória a constituição da Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA). Enquanto não aprovada a metodologia de cálculo definida em Nota Técnica Atuarial, as Operadoras devem calcular a PEONA a partir de percentuais aplicados sobre o total de contraprestações emitidas líquidas e do total de eventos indenizáveis dos últimos 12 (doze) meses, ambos na modalidade pré-pagamento.

Em 31 de dezembro de 2018, a Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) foi calculada de acordo com o artigo 9º, da Resolução Normativa RN nº 274/2011, Resolução Normativa RN nº 393/2015 e Resolução Normativa RN nº 442/2018, da Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR – ANS.

c) Provisão de Prêmios ou Contribuições Não Ganha

A Provisão de Prêmio ou Contribuição Não Ganha é constituída pelo valor mensal cobrado pela Operadora para cobertura de risco contratual da vigência iniciado em

determinado mês, apropriada a Receita de Contraprestação, no último dia do mês de competência, pelo risco já decorrido no mês.

NOTA 14 - MOVIMENTAÇÃO DAS CONTAS DE PROVISÕES TÉCNICAS E EVENTOS A LIQUIDAR

<i>Descrição</i>	<i>Saldo de Abertura R\$</i>	<i>Constituições R\$</i>	<i>Reversões Baixa R\$</i>	<i>Saldo Final R\$</i>
Provisão de Contraprestação Não Ganha	12.210	101.582.378	101.548.151	46.437
Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)	7.499.740	1.128.727	-	8.628.467
Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS	2.950.057	1.518.885	1.307.542	3.161.400
Prestadores de Serviços	3.777.347	53.869.212	51.911.983	5.734.576
TOTAL	14.239.354	158.099.202	154.767.676	17.570.880

NOTA 15 - OPERADORAS DE PLANOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR

<i>Descrição</i>	<i>Saldo de Abertura R\$</i>	<i>Constituições R\$</i>	<i>Reversões Baixa R\$</i>	<i>Saldo Final R\$</i>
Intercâmbio a Pagar de Corresponsabilidade Transferida – Modalidade de pós-pagamento	1.759.091	42.312.182	42.390.123	1.681.150
TOTAL	1.759.091	42.312.182	42.390.123	1.681.150

No exercício de 2018, em cumprimento às determinações da Resolução Normativa RN nº 430 de 07 de dezembro de 2017, a qual dispõe sobre as operações de compartilhamento da gestão de riscos envolvendo operadoras de plano de assistência à saúde, o S.P.A. Saúde registrou suas operações de corresponsabilidade na gestão dos riscos decorrentes do atendimento de seus beneficiários, conforme contratos estabelecidos com Operadoras de Plano de Assistência Saúde da rede Unimed, na modalidade de pós-pagamento, as quais disponibilizam (aos beneficiários do S.P.A. Saúde) acesso continuado aos serviços oferecidos por sua rede prestadora de serviços de assistência à saúde.

NOTA 16 - TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, estão compostos da seguinte forma:

<i>Descrição</i>	<i>2018 R\$</i>	<i>2017 R\$</i>
INSS a Recolher	150.643	131.621
FGTS a Recolher	38.612	34.215
PIS s/Folha a Recolher	4.714	4.388
ISS Retido	7.281	5.345
IRRF a Recolher	117.883	95.106

CSRF (Retenção 4,65%) a Recolher	150.307	143.262
COFINS s/ Rendimentos Financeiros a Recolher	6.354	5.656
COFINS s/ Outras Receitas	638	-
Taxa de Saúde Suplementar – TSS	31.137	-
Outros Tributos	1.901	1.207
Total	509.470	420.800

NOTA 17 – DÉBITOS DIVERSOS

Estão compostos da seguinte forma:

<i>Descrição</i>	2018 <i>R\$</i>	2017 <i>R\$</i>
Obrigação com Pessoal	601.094	452.349
Fornecedores	573.395	120.201
Outros Débitos a Pagar	32.493	59.549
Total	1.206.982	632.099

NOTA 18 – PROVISÕES PARA AÇÕES JUDICIAIS

A Operadora avalia suas Contingências Ativas e Passivas através das determinações emanadas das disposições e critérios estabelecidos no Pronunciamento CPC nº 25, do COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC, aprovado pela Resolução Normativa RN nº 418/2016, da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS. Para fins de classificação dos Ativos e Passivos em contingentes ou não, este CPC usa os termos praticamente certo, provável, possível e remoto com os seguintes conceitos:

- (a) **Acordo**- eventos acordado entre as partes.
- (b) **Provável**- a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é maior do que a de não ocorrer.
- (c) **Possível**- a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é menor que provável, porém, maior que remota.
- (d) **Remota**- a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é pequena.

A Operadora possui Processos Judiciais de natureza cível, fiscal e previdenciária. A posição desses Processos está demonstrada por riscos de possíveis ganhos ou perdas avaliadas pelos Assessores Jurídicos, como segue:

Contingências Ativas

Probabilidade de Ganho - R\$

<i>Natureza</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Remota</i>	<i>Possível</i>	<i>Provável</i>	<i>Acordo</i>	2018 <i>Total</i>	2017 <i>Total</i>
Fiscais (a)	41	52.116	10.037.100	-	-	10.089.216	491.872
Cíveis (b)	5	339.691	10.000	94.090	13.000	456.781	743.163

Total	46	391.807	10.047.100	94.090	13.000	10.545.997	1.235.035
--------------	-----------	----------------	-------------------	---------------	---------------	-------------------	------------------

(a) Correspondem, em sua maioria, aos Processos envolvendo os Ressarcimentos ao SUS, cujos valores são objeto de depósitos judiciais, dos Processos relacionados à Receita Federal do Brasil - referente à devolução de créditos previdenciários mencionados na Nota Explicativa nº 10 (a) - e dos Processos relacionados a Prefeitura do Município de São Paulo referente a suspensão da exigibilidade do tributo ISS, conforme trata a Nota Explicativa nº 19.

(b) Correspondem, na sua maior parte, aos valores das Ações de Execução Judicial junto às Associadas da Operadora, cujos valores já se encontram reconhecidos, conforme comentado na Nota Explicativa nº 10 (b) e (c).

Contingências Passivas

Probabilidade de Perda – R\$

<i>Natureza</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Remota</i>	<i>Possível</i>	<i>Provável</i>	<i>Acordo</i>	<i>Total</i>	<i>2018</i>	<i>2017</i>
Cível	42	15.000	505.653	333.438	10.000	864.091	333.438	342.586
Trabalhista	3	-	-	3.172	-	3.172	3.172	-
Fiscal	38	276.207	2.274.650	-	-	2.550.857	-	-
Total	83	291.207	2.780.303	336.610	10.000	3.418.120	336.610	342.586

Com base na avaliação dos seus Assessores Jurídicos, a Administração da Operadora optou por constituir provisão no montante de R\$ 336.610 para contingências para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

NOTA 19 – TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER (E.L.P.)

Correspondem aos valores dos Autos de Infração nºs 67.147.046 / 67.147.224 / 67.148.280 / 67.147.399 / 67.147.461 / 67.148.395 / 67.147.917 / 67.147.950 / 67.148.018 / 67.148.050 / 67.149.740 / 67.149.782 / 67.149.847 e 67.149.910, da PMSP - PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - lavrados contra o S.P.A. SAÚDE, em 11/12/2015, os quais se referem ao pleito da PMSP sobre o ISS – Imposto Sobre Serviços - enquadramento tributário: Art. 16, da Lei nº 13701/2003, inerentes aos meses de competência 01/2010 a 12/2014, e, devidamente corrigidos com multa, juros e atualização monetária. Subsidiada pela Assessoria Jurídica, a Administração da Operadora, pelo fato do S.P.A. SAÚDE ser uma Autogestão, classificada como tal pela AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR – ANS, entende que as contraprestações recebidas de suas Associadas não constituem fato gerador do ISSQN, e, por isso protocolou junto a Prefeitura recurso administrativo contra os citados Autos. Apesar deste entendimento, conservadoramente, a Administração da Operadora optou pelo seu registro.

Em 05 de dezembro de 2017 a PMSP efetuou a inscrição dos valores dos Autos de Infração supracitados em dívida ativa e, posteriormente, em janeiro de 2018, realizou cobranças extrajudiciais, bem como cobranças judiciais, por meio de execuções fiscais. Em face dessa posição da Prefeitura, a Operadora interpôs, com respaldo do Código Tributário Nacional, que em seu art. 150, III, expressa que os recursos

suspendem a exigibilidade dos tributos, Ação Declaratória de Inexistência de Crédito Constituído, tendo em vista que a Municipalidade não apreciou os recursos administrativos que foram interpostos, inclusive das alegações, em preliminar, de sua tempestividade e inobservância do princípio da motivação.

Nos autos das execuções ajuizadas a Operadora ingressou com Exceções de Pré-Executividade e conseguiu, no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, a suspensão dos protestos encaminhados pela Municipalidade, tendo o desembargador-relator reconhecido que os recursos administrativos interpostos e ainda não apreciados sustentam a liquidez e a certeza das cobranças, reconhecendo, portanto, os argumentos do S.P.A. SAÚDE.

Para o período não autuado pela Prefeitura - 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2018 - o montante estimado do ISS - Imposto Sobre Serviços - apurado pela Operadora, incluídos os encargos financeiros pelo não recolhimento, é de R\$ 1.998.650, o qual não está contemplado nas Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018, haja vista o entendimento da Operadora de que o imposto não é devido por ela.

NOTA 20 – SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO DE 2018

O Superávit é aplicado integralmente no território nacional e na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais.

NOTA 21 – RECEITAS COM OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE

<i>Descrição</i>	2018 R\$	2017 R\$
Contraprestações Pecuniárias Líquidas (a)	101.524.117	88.247.960
Contraprestações de Corresponsabilidade Transferida (b)	(36.458.182)	(28.413.491)
Outras Deduções	(12.743)	(15.717)
Total	65.053.192	59.818.752

(a) Referem-se às contraprestações decorrentes das operações com Planos de Assistência à Saúde e correspondem aos valores das mensalidades dos associados aos planos de saúde disponibilizados pela Operadora, sendo apropriadas à receita no último dia do mês, considerando-se o período de cobertura do risco por meio do cálculo “pró-rata-die”.

(b) Referem-se as operações de compartilhamento da gestão de riscos decorrentes do atendimento de seus beneficiários envolvendo operadoras de planos de assistência à saúde, conforme contratos estabelecidos com Operadoras de Plano de Assistência Saúde da rede Unimed, na modalidade de pós-pagamento.

NOTA 22 - OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Referem-se a outras receitas provenientes de operações relacionadas com os Planos de Assistência Médica à Saúde, compostas da seguinte forma:

Descrição	2018 R\$	2017 R\$
Inscrições	27.608	20.225
Confecção de Carteirinha	11.416	9.810
Outras Receitas Operacionais	297.935	186.028
Total	336.959	216.063

NOTA 23 - OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Referem-se a outras despesas provenientes de operações relacionadas com os Planos de Assistência Médica à Saúde, compostas da seguinte forma:

Descrição	2018 R\$	2017 R\$
Outras Desp. de Operação Assist. Saúde	1.991.237	1.976.307
Programa Promoção à Saúde e Prev. Riscos de Doenças	1.053.565	660.050
Taxas Adm. / Manutenção de Rede Contratada	791.337	821.961
Provisão Para Perdas Sobre Créditos	2.512.607	2.313.611
Total	6.348.746	5.771.929

NOTA 24 - DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Estão compostas da seguinte forma:

Descrição	2018 R\$	2017 R\$
Despesas com a Administração	232.111	119.295
Despesas com Empregados	5.834.934	5.467.410
Despesas com Serviços de Terceiros	877.501	1.030.546
Despesas com Locação e Funcionamento	2.496.814	1.064.553
Despesas com Publicidade e Propaganda	282.660	163.066
Despesas com Tributos	185.946	192.250
Despesas Administrativas Diversas	385.222	290.819
Total	10.295.188	8.327.939

NOTA 25 - RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

Descrição	2018 R\$	2017 R\$
Receitas Financeiras	2.987.005	4.223.484
Rendimentos sobre Aplicações Financeiras	2.480.795	3.367.710
Receitas Financeiras c/ Operações de Assist. à Saúde	96.373	198.908
Outras Receitas Financeiras (a)	409.837	656.866
Despesas Financeiras	(2.252.815)	(2.163.063)
Desp. Financeiras do Ressarcimento ao SUS	(43.860)	(166.238)
Desp. Financeiras de Encargos s/ Tributos (b)	(1.650.614)	(1.301.462)
IOF/IRRF/COFINS s/ Transações Financeiras	(536.144)	(695.363)

Descontos Concedidos	(22.197)	-
Resultado Financeiro Líquido	734.190	2.060.421

- (a) Correspondem, dentre outras receitas, aos juros incidentes sobre o crédito previdenciário, conforme descrito na Nota Explicativa nº 10 (a).
- (b) Correspondem, dentre outras despesas financeiras de encargos sobre tributos, aos juros, multa e atualização monetária incidentes sobre os Autos de Infração da PMSP – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - conforme descrito na Nota Explicativa nº 19.

NOTA 26 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO E MARGEM DE SOLVÊNCIA

O Patrimônio Líquido Ajustado e a Margem de Solvência em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 da Operadora estão demonstrados a seguir:

a) Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)

	<i>Descrição</i>	<i>2018 R\$</i>	<i>2017 R\$</i>
(+)	Patrimônio Líquido	29.841.789	29.585.947
(+)	Lucros Não Realizados Carteiras de Ações	-	-
(+)	Receitas Antecipadas	-	-
(-)	Participação em OPS avaliados por Equivalência Patrimonial	-	-
(-)	Despesas de Comercialização Diferidas	-	-
(-)	Despesas Antecipadas	(466.253)	(10.906)
(-)	Ativo Não Circulante - Intangível	(434.321)	(1.069.807)
(=)	Patrimônio Líquido Ajustado	28.941.215	28.505.234

b) Margem de Solvência

	<i>Descrição</i>	<i>2018 R\$</i>	<i>2017 R\$</i>
	Patrimônio Líquido Ajustado	28.941.215	28.505.234
(a)	0,20 (Contraprestações Pecuniárias) – 12 meses	20.302.275	17.646.449
(b)	0,33 (Eventos Indenizáveis Anual Médio) – 36 meses	24.266.353	20.949.720
(c)	Margem de Solvência [o maior valor entre (a) e (b)]	24.266.353	20.949.720
	Suficiência [PLA – (c)] de:	4.674.862	7.555.514

NOTA 27 – CONCILIAÇÃO ENTRE O LUCRO LÍQUIDO E O FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

	<i>2018 R\$</i>	<i>2017 R\$</i>
Atividades Operacionais		
Resultado do Período	255.842	6.315.814

Ajustes sobre o resultado do período:	4.551.525	3.453.157
Provisão de risco de crédito -Créditos das operações	2.512.606	2.313.611
Ganho/Perda na baixa de Ativo Imobilizado	-	-
Perda na baixa de Ativo Intangível	-	-
Depreciação e Amortização	802.698	487.718
Receita Financeira de Longo Prazo	(403.610)	(648.728)
Despesa Financeira de Longo Prazo	1.639.831	1.300.556
Resultado do Período Ajustado	4.807.367	9.768.971
Aumentos / Diminuição em Ativos Operacionais	(7.268.236)	(11.270.056)
Aplicações Financeiras	(4.381.468)	(7.135.464)
Créditos de Op. c/ Planos de Assistência à Saúde	(2.344.314)	(3.624.048)
Créditos Tributários e Previdenciários	(3.619)	5.448
Bens e Títulos a Receber (C. P. e L. P.)	286.748	445.065
Despesas Antecipadas	(455.347)	41.548
Depósitos Judiciais e Fiscais	(370.236)	(1.002.605)
Aumentos / Diminuição em Passivos Operacionais	3.922.035	1.588.206
Provisões Técnicas de Op. de Assist. à Saúde	1.572.434	1.490.129
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	1.690.322	(655)
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	88.670	20.494
Débitos Diversos	576.585	(67.559)
Provisões para Ações Judiciais	(5.976)	145.797
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	1.461.166	87.121

NOTA 28 - COBERTURA DE SEGUROS

A Operadora possui as seguintes coberturas de seguros:

Descrição	Cobertura	
	2018 R\$	2017 R\$
Modalidade		
Incêndio, IDT, Raio e Explosão	4.800.000	4.800.000
Roubo/Furto Qualificado Bens	150.000	150.000
Veículos	134.614	53.431
Danos Materiais – Veículos	270.000	200.000
Danos Corporais – Veículos	470.000	400.000
Danos Morais – Veículos	60.000	60.000
APP Morte/Invalidez Permanente – Veículos	70.000	20.000
Danos Elétricos	300.000	300.000
Seguro de Vida – (Funcionários e Conselheiros)	10.286.229	9.127.318

NOTA 29 - RELEVÂNCIA DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

A Administração da Operadora apresenta através deste Relatório o conjunto das Demonstrações Contábeis e suas Notas Explicativas. As principais informações consideradas relevantes apresentam um melhor detalhamento que consideramos ser suficiente para o entendimento de seus usuários e necessário para um processo decisório.

São Paulo, 21 de março de 2019

S.P.A. SAÚDE - SISTEMA DE PROMOÇÃO ASSISTENCIAL

Ricardo de Oliveira Garcia
Superintendente

LEGALIZA CONTABILIDADE S/S LTDA.

Laurindo Macedo da Silva
TC-CRC/SP 171026/O-3

Às
Associadas do
S.P.A. Saúde - Sistema de Promoção Assistencial
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as Demonstrações Contábeis do S.P.A. Saúde - Sistema de Promoção Assistencial (“Entidade”), que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Social e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as Demonstrações Contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do S.P.A. Saúde - Sistema de Promoção Assistencial em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Base para Opinião

Nossa Auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção adiante intitulada “Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório do Auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as Demonstrações Contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse Relatório.

Em conexão com a auditoria das Demonstrações Contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse Relatório está, de forma relevante, inconsistente com as Demonstrações Contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas Demonstrações Contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das Demonstrações Contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações Contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações Contábeis.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações Contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de Auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações Contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações Contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a

fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos um entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso Relatório de Auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações Contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso Relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações Contábeis, inclusive as divulgações e se as Demonstrações Contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

São Paulo, 25 de março de 2019.



O Plano de Saúde do Produtor Rural

S.P.A. Saúde - Sistema de Promoção Assistencial
Sede: Rua Maestro Cardim, 1.191 - 8º And r Paraíso
São Paulo - (11) 3146.3131
E-mail: faleconosco@spasaude.org.br
Site: www.spasaude.org.br

ANS - Nº 324493